
A AUTOGESTÃO COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Magali Cecili Surjus Pereira (UEL)
Maria Therezinha Loddi Liboni (UEL – PPA-UEM/UEL)

Resumo

A empresa de autogestão é vista como uma alternativa ao desemprego que afeta muitos trabalhadores, em função do fechamento das empresas em que trabalhavam. Caracterizada por: controle exercido totalmente pelos trabalhadores, relações igualitárias entre os membros, supressão da hierarquia de cargos, democratização das decisões, participação direta e efetiva em todos os níveis da empresa, diferenci -se das organizações tradicionais, e pode ser entendida aqui como locus para o desenvolvimento de relações democráticas do trabalho. Desse modo, criam-se condições para o desenvolvimento de novas subjetividades, com vontade de lutar por alternativas sociais, que não sejam pautadas pelo consumismo individualista do mercado e por um excesso de centração no próprio ser. Somente constituindo-se novas subjetividades, dispostas a percorrer caminhos ainda desconhecidos, serão superados pontos divergentes apresentados pela empresa de autogestão, como a possibilidade de cooptação para a reprodução da prática capitalista. Neste artigo tratamos da autogestão como possibilidade de enfrentamento ao desemprego, como possibilidade de transformação social e das características das novas subjetividades necessárias para a efetivação da mesma.

A AUTOGESTÃO NOS DIAS ATUAIS

De acordo com Vieitez (1997), estamos assistindo um incremento na formação de empresas de autogestão não só no Brasil, mas principalmente na Europa. Este tipo de organização pode ser identificado como Terceiro Setor em alguns países da Europa, sendo que na Itália é conhecido como autogestão e na França por economia social. No Brasil, frequentemente aparece em forma de associações ou cooperativas, tanto como cooperativas de produção, onde ocorre transformação de matéria-prima em produtos, como a de serviço, onde a forma de atuação se dá através da prestação de serviços. Junto com o aumento do número de empreendimentos, surgem também diferentes formas de constituição, objetivos e formas de estruturação interna.

Segundo Parra (1999) podemos encontrar cooperativas com o objetivo de criar alternativas de renda à população carente, ou trabalhadores que se associam para assumir empresas que faliram ou estão na eminência de fecharem.

Os diversos empreendimentos organizados sob a forma das chamadas “fábricas sem padrão” podem abranger diferentes alternativas organizacionais - cooperativas, associações, participação, co-gestão e autogestão. Segundo Gutierrez (1998) a autogestão caracteriza-se quando o controle é totalmente exercido pelos trabalhadores e ressalta que a empresa de autogestão é antes de tudo uma empresa, e, portanto deve ser *lucrativa, eficiente, atualizada e vocacionada para se expandir no tempo* (p.29). Deve conciliar essa característica com as expostas acima, valorizando e priorizando os seus membros e proporcionando um ambiente de confiança, onde a participação efetiva e real seja possível.

Na abertura do Seminário “Autogestão e Socialismo” realizado em 1999 na USP, definição do termo autogestão, como entendido atualmente, e a ser debatido durante aquele seminário, distinguindo-o em dois níveis:

...no nível interno das instituições, a supressão: da estrutura hierárquica de cargos, do parcelamento das tarefas, da desigualdade de vencimentos por tempo de trabalho e da separação entre concepção e execução; no nível mais amplo da organização social, ela busca a descentralização das decisões, da participação direta dos agentes sociais implicados e, sempre que necessário, a organização nos âmbitos mais amplos pelo princípio federativo (TEMPORAES, 1999, p.18).

Teoricamente, constitui-se um espaço de transfiguração das relações de trabalho, podendo promover mudanças significativas no sentido atribuído ao trabalho, mesmo num contexto de relações predominantemente capitalistas.

POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Santos (2000) aponta o problema do excesso de regulação social em que se transformou a sociedade moderna, e partindo de representações inacabadas da modernidade aponta alguns caminhos e alternativas a serem desenvolvidos para que ocorra uma transição paradigmática. Para tanto argumenta que deve acontecer um maior equilíbrio entre regulação social e emancipação social, desenvolvendo-se o princípio da comunidade, a solidariedade e a participação. Assim será possível traçar ou constituírem-se o que o autor chama de mapas, ou novos caminhos emancipatórios, assim como construir subjetividades capazes, que tenham o desejo de utilizar esses mapas para construir um novo paradigma, o da emancipação social.

Para o desenvolvimento da emancipação social acima proposta pelo autor, duas condições são necessárias “uma nova epistemologia e uma nova psicologia”. Enquanto nova epistemologia, a utopia recusa o fechamento do horizonte de expectativas e de possibilidades e cria alternativas; enquanto nova psicologia, a utopia recusa a subjetividade do conformismo e cria a vontade de lutar por alternativas” (SANTOS, 2000, p.333). Considera esse aspecto quando trata da necessidade da reconstrução de um espaço-tempo que promova a deliberação democrática.

Vale ressaltar, no entanto que a autogestão vista como uma alternativa de espaço ao desenvolvimento de deliberação democrática, corre os riscos de cooptação como apontado por Santos (2000), pois como alternativa realista frente ao desemprego, enfrenta os riscos de ter sua forma de gestão utilizadas para outros fins, que não a promoção de formas democráticas, como já podem ser encontradas, nas chamadas “coopergatos”. Parra (1999) falando sobre a necessidade de uma organização política dessa forma de gestão diz:

Isso se faz extremamente necessário no momento em que as experiências autogestionárias correm o risco de ser apropriadas para motivos diversos daqueles propostos inicialmente, quais sejam: a construção de formas emancipatórias e democráticas de vida que possibilitem o melhor desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade. Consideramos que essas experiências situam-se no fio da navalha que separa de um lado a precarização e a desregulamentação do trabalho e do outro a produção de uma nova forma de organização política e do trabalho (p.166).

Pensar a autogestão como alternativa de novas formas de organização implica em pensá-la como uma alternativa que possibilite o desenvolvimento e o uso do conhecimento-emancipação, onde o fim seja a solidariedade, tomando-se o cuidado de não transformá-la em mais uma forma de cooptação do trabalho e do trabalhador pelo capital. Onde o desenvolvimento de uma nova subjetividade seja possível e conseqüentemente novas relações de trabalho.

O segundo princípio que possibilitaria a redescoberta da deliberação democrática é o que o Santos (1999) chama de ação-com-clinamen, ou seja,

...ação turbulenta de um pensamento com turbulência. Seu caráter imprevisível e pouco organizado permite redistribuir socialmente a ansiedade e a insegurança, criando condições para que a ansiedade dos excluídos se transforme em causa de ansiedade para os incluídos e se torne socialmente evidente que a redução da ansiedade de uns não é possível sem a redução da ansiedade dos outros (SANTOS, 1999, p.58-59).

Psicologicamente poder-se-ia dizer, sob pena de equívocos, que níveis elementares de ansiedade compõe o processo de relação dos homens com o mundo, imprimindo a esse um caráter dinâmico, e uma irrefutável interação homem-homem.

O terceiro princípio para a redescoberta da deliberação democrática é a reinvenção de espaços que privilegiem a deliberação democrática, uma vez que o fascismo societal sustenta-se pela restrição e inviabilização da promoção destes espaços. Vimos que uma das características da empresa de autogestão é o processo de decisões democráticas, que pressupõem discussões coletivas, onde não existam desconfianças, exista liberdade e espaços onde os indivíduos possam manifestar-se. Para isso ocorra, segundo Gutierrez (1997) é preciso um ambiente *onde as pessoas não tenham medo de se expor ao participar da construção discursiva da vontade coletiva* (p.29). Frente a essas ponderações, considera-se a organização de autogestão um espaço onde a deliberação democrática é possível, ou melhor dizendo, imprescindível.

Em relação a necessidade de criação de espaços, Santos (2000) propõem seis espaços estruturais onde a emancipação social pode desenvolver-se: no espaço doméstico através das comunidades domésticas cooperativas; no espaço da produção, com a produção eco-socialista; no espaço do mercado, pelas necessidades humanas e consumo solidário, no espaço da comunidade, através das comunidades-Amiba; no espaço da cidadania com a instituição do socialismo-como democracia sem fim e; no espaço mundial pela sustentabilidade democrática e soberanias dispersas. Para o objetivo desse trabalho, será abordado o espaço de produção, campo de desenvolvimento do trabalho e da autogestão.

O espaço de produção, de acordo com Santos (1997) *e o espaço das relações sociais de produção e a forma de poder que lhe é própria é a exploração* (p.272). Esse espaço foi despolitizado, segundo o autor, através dos processos de difusão social da produção e isolamento político dos operários. As formas de difusão social da produção elencadas pelo autor são : descentralização da produção através da transnacionalização da produção, a fragmentação geográfica e social do processo de trabalho que ocasionou diferenciações nas relações de salário e concorrência entre mercados de trabalho locais, regionais e nacionais, e por último a indiferenciação entre produção e reprodução - onde os espaços e tempo de produção e reprodução social tornam-se indistintos, como por exemplo os códigos de conduta adotados por empresas para seus funcionários seguirem fora do horário de trabalho, o culto ao corpo pois este foi transformado em força produtiva. O isolamento político dos trabalhadores é constituído, para ele, através das estratégias de flexibilização e precarização da relação salarial - diminuição do contrato de trabalho por tempo determinado, e aumento dos contratos temporários, subcontratação ou terceirização, trabalho em casa e a feminização da força de trabalho. Além da precarização das relações salariais, ocorre também a degradação do salário indireto, através do corte de despesas sociais do Estado-Providência.

Outra situação que contribuiu para de despolitização das relações de produção, segundo Santos (2000), foi os cientistas sociais deixarem de analisar as brutalidades nas relações sociais de produção,

tanto da brutalidades das relações concretas de produção (a violência dos ritmos de produção; a violentação física e psicológica dos trabalhadores; a degradação das condições do local de trabalho, nomeadamente das condições de segurança e de salubridade), como da brutalidade das relações na produção (as rivalidades e a concorrência, a delação e os furtos entre trabalhadores; a degradação moral das relações face-a-face e o isolamento autístico como exigência de sobrevivência) (p.272).

A politização do espaço de produção é defendida por Santos (1997) como condição central para uma nova teoria democrática, juntamente com a redescoberta democrática do próprio trabalho. Para a politização do espaço da produção o autor propõem três instâncias. A primeira é a politização da relação capital-trabalho, característica mais específica do espaço de produção e dá como exemplo a politização das lutas pela redução da jornada de trabalho e pelo aumento de participação na determinação das decisões da empresa. A segunda instância é a que diz respeito às relações na produção, relações que podem existir entre os próprios trabalhadores, e que podem ter tanta violência quanto a relação capital-trabalho no dia-a-dia dos trabalhadores, neste sentido o autor diz *a ocultação desta forma de poder em nome de místicas solidariedades constitui um acto de despolitização e de desarme político* (p.274).

A terceira instância refere-se aos processos de trabalho e de produção, envolvendo o componente tecnológico e o das matérias-primas. Para Santos (1997) o automatismo tecnológico impede a relação entre capacidade de ação e capacidade de previsão. A desocultação das relações sociais de poder que se inserem no automatismo tecnológico e a possibilidade de imaginar alternativas que visem a busca do reequilíbrio entre as capacidades de ação e previsão resultariam na politização desta relação. Como condição para essa politização, decorre a politização das matérias-primas, ou seja, a politização da relação natureza-sociedade no espaço de produção, onde à natureza caberia direitos não sendo exigido deveres em troca.

Santos (2000) ao definir o espaço-tempo de produção como uma das estruturas onde poderão ser articuladas novas formas com possibilidades emancipatórias, o faz através do que chama de unidades de produção eco-socialista. Essas unidades de produção eco-socialista devem ser pautadas pela democracia e pelo socialismo, de modo que elas

*Abrangem organizações muito diferentes, de certo modo semelhantes a algumas unidades produtivas actualmente existentes nas periferias da produção capitalista, tais como **unidades de produção cooperativa e autogerida**, pequena agricultura, agricultura orgânica, **produção controlada pelos trabalhadores**, unidades de produção de utilidade social, redes de produção comunitária (p.337, grifo nosso).*

A democracia e o socialismo são questões primordiais quando falamos em autogestão, pois estão ligadas aos seus princípios mais básicos. Nesse sentido Grzybowski (1998) diz

(...) a invenção democrática é também uma grande invenção humana, que deve ser vista não como um adendo ao desenvolvimento econômico, mas como definidora essencial do próprio desenvolvimento econômico. No que diz respeito às empresas autogestionárias, a democracia acaba sendo fundamental, pois o elemento primeiro é a participação. Sem isso, a lei do mercado torna-se a lei da selva, que é a lei do mais forte (p.13).

Santos (1999) resgata o papel do trabalho como fundamental no desenvolvimento da economia como forma de sociabilidade democrática. Para ele esse desenvolvimento só será possível através da redescoberta das possibilidades democráticas do trabalho pela cidadania. O autor lista algumas condições para que isso ocorra. A primeira é que o trabalho seja democraticamente partilhado, ou seja, que o trabalho humano seja partilhado com o trabalho da natureza e não mais concorra com ele, destruindo-o; e que o trabalho humano seja repartido internamente. Com isso o autor quer dizer que *há, pois, que redistribuir, em nível global, o estoque de trabalho disponível* (SANTOS, 1999, p.61). Associa a essa primeira condição três medidas: a redução do horário de trabalho, a existência de patamares mínimos de qualidade da relação salarial visando a circulação livre dos produtos no mercado mundial, e a flexibilização das leis de imigração visando a desnacionalização da cidadania.

A segunda condição listada é o reconhecimento do polimorfismo do trabalho. Hoje o trabalho ideal, como era concebido - estável, em tempo integral - está desaparecendo em nossa época. Santos (1999) salienta que, na verdade, ele só chegou a existir realmente nos países centrais e na época de vigência do fordismo, sendo que nos países semiperiféricos e principalmente nos periféricos ele nunca foi realidade para a maioria da população. Mas de igual forma ocorre a chamada flexibilização das formas e relações de trabalho, e o aumento dos trabalhos que não se enquadram na categoria de trabalho típico - trabalhos por meio-período, trabalhos realizados em casa, contratos por projetos, com tempo pré-determinado, dentre outros. Defende, ainda esse autor que o reconhecimento do polimorfismo do trabalho depende da condição de cada um deles ter um patamar mínimo de inclusão, e não como ocorre atualmente, onde a flexibilização representa um critério de exclusão onde os direitos dos trabalhadores, quando existem não lhes garantem uma vida digna, representando assim uma forma de fascismo contratual.

Outra condição apontada é a promoção da qualificação profissional, que deve acompanhar todos os tipos de trabalhos, sob o risco de agravar a exclusão social. Grzybowski (1998) aponta também para o reconhecimento de novas formas de trabalho quando diz

uma outra grande frente de luta diz respeito à reinvenção das formas sociais de trabalho, para podermos legitimar social e legalmente aqueles que estão à margem, trabalhando no mercado informal de trabalho. A chamada economia informal nada mais é do que a criação de oportunidades de trabalho e renda por aqueles que foram excluídos do mercado formal. ...São atividades econômicas extremamente importantes e criativas que nós, enquanto sociedade, ainda não sabemos como tratar (p.17).

A quarta condição apresentada pelo autor referente a redescoberta democrática do trabalho é a separação entre a economia real e o capitalismo financeiro. O problema é o potencial destruidor do fascismo financeiro, representado pelo capitalismo financeiro visto anteriormente. Segundo Santos (1999) a regulação internacional desse tipo de transação é urgente, pois só assim os países semiperiféricos e periféricos estariam protegidos de uma corrida internacional por capital que pode destruí-los, assim como diminuiriam-se os riscos de concorrência internacional entre os trabalhadores.

Uma última condição é relatada para a redescoberta democrática do trabalho e reside na reinvenção do movimento sindical. Santos (1999) defende que enquanto o capital se globalizou e o capital se uniu, os operários e os sindicatos se localizaram e se subdividiram. Para reverter esse quadro, Santos diz *o movimento sindical terá que reestruturar-se profundamente, de modo a apropriar-se da escala local e transnacional pelo menos com a mesma eficácia com que no passado se apropriou da escala nacional (p.65-66)*. Defende que o sindicalismo deve resgatar valores como a tradição de solidariedade, adequando-se para combater novas condições de exclusão social e condições opressivas nas relações de produção, assim como tornar-se menos setorizado e mais político, onde o campo de reivindicação deve ampliar-se para tudo o que afete a vida.

Fundamenta sua proposta de transição paradigmática, definindo o papel do Estado como sendo o de um Estado experimental, devendo ser *um campo de experimentação institucional, permitindo que diferentes soluções institucionais coexistam e possam competir durante algum tempo, com caráter de experiências-pilotos, sujeitas à monitoração permanente do coletivo de cidadãos com vista a proceder a avaliação comparada de desempenhos (p.72)*. Esta oportunidade deve ser democrática, ou seja, que haja igualdade de condições entre as diferentes formas de experimentação e assim como o Estado deve ter, também internamente, um desenho estrutural democrático participativo, que se espalhe por todos os espaços-tempo defendidos pelo autor. No espaço-tempo de produção o papel desempenhado pelo Estado deve ser o de permitir a coexistência dos dois modos de produção - o capitalista e o eco-socialista, de modo que seja possível avaliar os resultados e as formas de sociabilidade deles resultantes.

Como se tentou construir, a própria condição de crise do momento atual, definida por Santos como uma crise no contrato social, de proporções que caracterizam uma época de transição paradigmática, é o terreno onde aparece a oportunidade do desenvolvimento da autogestão nas organizações. Não é sem razão que Singer (1999) diz que a exclusão social e o desemprego são as formas de contradição do capitalismo das quais se alimenta a autogestão.

Desenvolver sistemas de autogestão no espaço de produção, significa também construir formas potenciais de novas sociabilidades nos outros espaços - doméstico, mercado, comunidade, cidadania e espaço mundial. Ao construir subjetividades que não sejam conformistas e tenham vontade de lutar por alternativas no campo da produção, essas não ficarão limitadas a esse espaço, pois, por exemplo, a politização defendida por Santos para o

espaço de produção fatalmente irá estender-se por espaços como a cidadania, com a repolitização do cidadão, do mercado, com subjetividades que não sejam pautadas pelo consumismo individualista do mercado, mas pela satisfação de necessidades que devem ser concebidas como experiências subjetivas que podem assumir formas variadas nos demais espaços estruturados por Santos.

OS CAMINHOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES

No entender de Santos (2000), como já se salientou, existe no paradigma dominante atualmente existe excesso de regulação social, fundamentalmente não por sua efetividade, mas porque não há *subjetividades capazes de conhecer e desejar como conhecer e desejar além da regulação* (p.330). Portanto para o autor, a transição para um novo paradigma emergente torna-se possível, à medida que se identifica ‘caminhos emancipatórios’ e principalmente, à medida que se constituem subjetividades que desejem e sejam capazes de percorre-los. Essa nova subjetividade deve ser individual e coletiva, e possuidora de características relativas a três metáforas, elaboradas por esse autor: a fronteira, o barroco e o Sul.

Para o autor a subjetividade de fronteira, é local privilegiado para a vivência da diferentes sociabilidade e é composta pelas seguintes características: - uso seletivo e instrumental das tradições, pois proporciona a criação e o oportunismo, ao mesmo tempo que se pode recorrer a qualquer coisa que ajude a enfrentar a situação nova; - a invenção de novas formas de sociabilidade, onde a experiência proporciona a sensação de criar um mundo novo, onde se tem liberdade de escolha, onde as experiências passadas, quando aplicadas na nova situação, adquirem novas configurações; - hierarquias fracas, a distância entre o centro/poder e a fronteira leva a uma lenta e difícil construção de identidades; - pluralidade de poderes e de ordens jurídicas, onde as pessoas devem distribuir sua lealdade às diversas formas de poder existentes, bem como a diferentes formas de luta contra os poderes constituídos; - fluidez das relações sociais, onde, por não ter delimitação clara, possibilita inovação e a instabilidade das relações sociais; - promiscuidade entre estranhos e íntimos, de herança e de invenção, no qual se deve estar atento a todas as pessoas e a seus diferentes hábitos, reconhecendo nas diferenças, oportunidades de enriquecimento mútuo.

Esses seriam contextos que por sua diversidade cultural, social, política permitiria uma gama de relações cuja transversalidade implicaria num rico tecido de constituição de seres psicológicos, potencialmente mais aptos a lidar e engendrar novas relações sociais.

Ao caracterizar a subjetividade barroca, Santos (2000) toma como referência o barroco enquanto estilo artístico, como época histórica e como “ethos cultural” para, então, apoiando-se nas características desses três sentidos do termo, construir quais seriam as qualificações dessa subjetividade.

O autor assinala a semelhança entre a cultura barroca e o tempo de transição paradigmática que, segundo ele, estamos vivenciando. Ressalta

... que, apesar disso [da cultura barroca ter sido instrumento de consolidação e legitimação do poder], me parece inspirador na cultura barroca é o seu lado de subversão e de excentricidade, a fraqueza dos centros de poder que nela buscavam legitimação, o espaço de criatividade e de imaginação que ela abre, a sociabilidade

turbulenta que ela promove num período que, por ser de transição, tem alguma semelhança como nosso próprio tempo (SANTOS, 2000, p.358).

A subjetividade barroca investe no local, no particular, a temporalidade que prevalece é o imediato. Isso ocorre pelo fato do barroco não colocar certezas universais e portanto não ser capaz de programar sua repetição para sempre. O investimento no local, é para o autor, uma maneira de inventar um outro local, o conforto que o local oferece não é o de descanso mas sim é visto como um senso de direção, *de dentro para fora e parte do que está próximo para o mais longínquo...* (p.359).

Isso traz outro componente da subjetividade barroca, a temporalidade da interrupção. Para o autor, a temporalidade horizontal, é o modo como a subjetividade barroca passa de um momento para o seguinte - cada momento é eterno, enquanto dura -, e portanto nunca duram o suficiente para serem vivenciadas intensamente, é o que o autor chama de “sucessão de eternidades”. Como conseqüência, a temporalidade de interrupção permite a reflexividade e a surpresa. Nesse sentido diz Santos (2000):

*A reflexividade é a auto-reflexividade exigida pela falta de mapas (sem mapas que nos guiem, temos que caminhar com redobrado cuidado) [...] O paradigma emergente é uma vertigem, cada passo deve ser dado com prudência. A surpresa, por seu lado, é realmente **suspense**: ela provém da suspensão que a interrupção produz. Suspendendo-se momentaneamente a si própria, a subjetividade barroca intensifica a vontade e desperta a paixão (p.359).*

Outra conseqüência da interrupção é a novidade e a admiração, e o impedimento ao acabamento. Essas características dão a subjetividade barroca o caráter inacabado e aberto e uma disponibilidade para lutar por um novo acabamento.

A rejeição da distinção entre aparência e realidade, na qual se assenta a ciência moderna e portanto é portadora de uma hierarquização, é outra das características, apontada pelo autor, para compor a subjetividade barroca. Não ocorre distinção entre as duas, a aparência não é o oposto da realidade e portanto, não deve ser desconsiderada. A não familiaridade de uma prática não é condição para ela ser classificada de aparência e não de realidade. Nesse contexto, a subjetividade barroca, segundo Santos *privilegia a aparência enquanto medida transitória e compensatória* (p.360).

As formas, na subjetividade barroca, segundo Santos (2000) são um exercício de liberdade e tratadas com extrema seriedade, podendo resultar na destruição das próprias formas. Esse extremismo pode, ao mesmo tempo em que ressalta a simplicidade, fazer sobressair também a exuberância e a extravagância. Essa característica - o extremismo - é o que, segundo Santos (2000),

Permite criar rupturas a partir de aparentes continuidades e manter o devir das formas em estado de permanente bifurcação prigogiana. [...] permite que a subjetividade barroca mantenha a turbulência e a excitação necessárias para continuar a luta pelas causas emancipatórias, num mundo onde emancipação foi subjugada ou absorvida pela regulação. Falar de extremismo é falar de escavação arqueológica no magma regulatório a fim de recuperar a chama emancipatória, por muito enfraquecida que esteja (p.361-362).

Santos utiliza duas técnicas de pintura barroca, o sfumato e a mestiçagem para demonstrar como o extremismo das formas poder ocasionar o seu desaparecimento e faz um paralelo com as relações entre as subjetividades barrocas. O sfumato, que é uma técnica onde os contornos dos objetos passam de cores claras para o escuro, ou vice-versa, acabando com as definições claras de contorno, é utilizado como metáfora para a característica que permite à subjetividade barroca *criar o próximo e o familiar entre inteligibilidades diferentes, tornando assim os diálogos interculturais possíveis e desejáveis* (p.362). Com isso os contornos são mais vulneráveis, inacabados e abertos. A mestiçagem leva o sfumato ao extremo, consistindo *na destruição da lógica que preside à formação de cada um dos seus fragmentos, e na construção de uma nova lógica* (SANTOS, 2000, p.362). Para a subjetividade barroca isso implica em um processo de produção-construção que *tende a refletir as relações de poder entre as formas culturais originais (ou seja, entre grupos sociais que as sustentam através de práticas sociais), e é por isso que a subjetividade barroca favorece as mestiçagens em que as relações de poder são substituídas pela autoridade partilhada (autoridade mestiça)* (Santos, 2000, p.362). Para o autor essas características fazem da subjetividade barroca uma subjetividade em transição paradigmática, possibilitando um constante reinventar de si mesma.

Outro componente da cultura barroca utilizado por Santos é a festa barroca, que seria o primeiro exemplo de cultura de massas da modernidade. As características da festa que contribuem para a análise do autor são a desproporção, o riso e a subversão. A desproporção entre o investimento e o resultado, consumido extremamente rápido, gera uma intensificação, que *dá origem à vontade de movimento, à tolerância para com o caos e ao gosto pela turbulência, sem o que a luta pela transição paradigmática não pode ter lugar* (p.364). Essa desproporção, por sua vez, proporciona a distância lúdica e o riso. Esse, segundo Santos, por não ser facilmente inteligível, foi banido da modernidade capitalista, passando a ser considerado inadequado, impróprio e até como blasfêmia. Ao introduzir a ludicidade, o divertimento e o riso, a subjetividade barroca promove a *carnevalização das práticas sociais emancipatórias* e esta tem uma *importante dimensão auto-reflexiva: possibilita a descanonização e a subversão dessas práticas [riso, divertimento]* (p.364). Para Santos (2000) esse aspecto é essencial para a atividade não cair em uma rotina reguladora, perdendo seu caráter de subversão. Essa última característica, a subversão presente nas festa barrocas, é vista pelo autor como sendo cada vez mais presente à medida em que se afasta dos centros de poder. Tem como prática a transgressão da ordem, mesmo conhecendo o lugar da ordem. Para ele *nas periferias, a transgressão é quase uma necessidade. É transgressora porque não sabe como ser ordem, ainda que saiba que a ordem existe. É por isso que a subjetividade barroca privilegia as margens e periferias como campos de reconstrução das energias emancipatórias* (p.365). Essa subjetividade resgata a emoção, a paixão, a solidariedade, que eram vistos como inconvenientes para a racionalidade cartesiana que embasou a racionalidade moderna.

A última metáfora utilizada pelo autor para compor a subjetividade na transição paradigmática é o Sul que é visto por Santos (2000) como *lugar privilegiado para escavações arqueológicas da modernidade, necessária à reinvenção das energias emancipatórias e da subjetividade pós-modernidade* (p.367).

Para o autor o Sul representa a forma de sofrimento humano imposto pela modernidade capitalista, pois esse teria sido dominado o Sul, causando grandes desigualdades entre países capitalistas do centro e os periféricos. Mas o sul não é uma localização apenas geográfica, exemplificada pela existência do “terceiro mundo interior” no

Norte, ou seja a existência de desigualdades entre os próprios países capitalista centrais. Essa subjetividade do Sul, se constrói pela desfamiliarização com o Norte imperial, o que segundo Santos (2000), é um processo que enfrenta grandes dificuldades, pois durante a colonização do Sul pelo Norte, ocorreu um epistemicídio e um linguicídio, que atingiram o conhecimento e a língua local. Isso trouxe como consequência que o Sul não se reconhece senão através do conhecimento do Norte. As ciências sociais construídas até agora são ciências do Norte, que tem pouco a contribuir para o entendimento do Sul e, portanto, possui pouca utilidade para a construção do conhecimento emancipação da subjetividade da transição paradigmática.

Ainda segundo Santos (2000), outro componente da subjetividade do sul é o momento da solidariedade, composto por três outros momentos: o momento da rebelião, momento do sofrimento humano e o momento da continuidade entre vítima e agressor.

O momento da rebelião é quando o caos toma o lugar da ordem imperial, ao menos momentaneamente. Acontece um desafio entre a nova ordem emergente e a ordem até então estava em vigor. O segundo momento, o do sofrimento humano, é descrito pelo autor citado como a

Contradição entre a experiência de vida do Sul e a idéia de uma vida decente. É o momento em que o sofrimento humano é traduzido em sofrimento-feito-pelo-homem. É um momento crucial, porquanto a dominação hegemônica reside, primordialmente, na ocultação do sofrimento humano ou, sempre que isso não é possível, na sua naturalização como fatalidade ou necessidade ou na sua trivialização como espetáculo mediático (SANTOS, 2000, p.379).

Ao vivenciar o sofrimento humano como não natural mas produzido pelo homem, a subjetividade experimenta a vontade emancipatória, a vontade da transição paradigmática, pois nesse contexto ela não tem nada a perder.

O momento de continuidade entre opressor e vítima baseia-se, segundo o autor, no fato de que a *dominação brutaliza simultaneamente a vítima e o opressor, e também o opressor precisa ser liberado* (p.380). Ao desafiar a opressão e lutar contra a produção da brutalidade recíproca, a subjetividade do Sul busca a liberdade do opressor como consequência da luta pela emancipação, da vítima contra a opressão. Essas são as características que compõem a subjetividade do Sul, portadora de solidariedade e acima de tudo, onde existe uma capacidade e uma vontade de exercê-la.

A combinação dessas três características e não a existência separada de cada uma dela é que confere à subjetividade emergente a capacidade e a vontade de explorar os caminhos emancipatórios, frutos das contradições do paradigma dominante, e assim enfrentar as competições entre os dois paradigmas que coexistem.

CONCLUSÃO

Quando não deturpada em suas características e objetivos originais, e baseados em Santos (2000), pode-se visualizar a possibilidade das empresas de autogestão virem a ser um caminho emancipatório, baseado em relações democráticas e igualitárias. Para tanto é necessário que se constituam novas subjetividades, quiçá alimentadas por essas características elaboradas por Santos (2000).

Não deixando de considerar que existem pontos divergentes em relação às experiências das empresas de autogestão, acreditamos que, como experiências concretas, estas podem permitir reflexões que os ultrapassem, levando-nos a lapidar nosso olhar sobre alternativas necessárias para a vida social e para a organização do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Da autogestão à economia social: a concepção de uma nova empresa. **Revista de Administração**, São Paulo, vol. 33, jan-març./98. p. 68-73.

GUTIERREZ, Luis Gustavo. A autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In: VIEITZ, Cândido Giraldez (org.) **A Empresa sem Patrão**. Marília, UNESP, 1997.

GRZYBONSKI, Cândido. Desemprego Estrutural e Possibilidades de Saída. In: ANTEAG, **Empresa Social e Globalização**. São Paulo, Anteag, 1998.

PARRA, Henrique Zoqui M. Uma experiência no fio da navalha. In: **Democracia e Autogestão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia**. São Paulo: Fapesp, Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, Paul. Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo vai autogestão. In: **Democracia e Autogestão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

TEMPORAES, **Democracia e Autogestão**. São Paulo: Humanitas/USP, v.1, 1999. Edição Especial.

VIEITEZ, Cândido Giraldez. Temas da autogestão dos trabalhadores. In: VIEITZ, Cândido Giraldez (org.) **A Empresa sem patrão**. Marília, UNESP, 1997.